



## ***Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas para Políticas Públicas***

Nathalia Karolline Horácio da Silva<sup>1</sup>, Adrielly Eugênia Pereira da Costa<sup>2</sup>, Mariana Sousa de Abreu Menezes<sup>3</sup>, Pamela Nascimento Simoa da Silva<sup>4</sup>, Anderson Alves da Silva<sup>5</sup>, Kelcione Pinheiro Lima Joter<sup>6</sup>, Raimara Gonçalves Pereira<sup>7</sup>, Elen Sousa de Abreu Silva<sup>8</sup>, Camila Oliveira Barbosa de Moraes<sup>9</sup>, Talita Lopes Garçon<sup>10</sup>.



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p1872-1885>

Artigo recebido em 18 de Julho e publicado em 28 de Agosto de 2025

### **ARTIGO DE REVISÃO**

#### **RESUMO**

O presente estudo teve como objetivo analisar as perspectivas da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na formulação e execução das políticas públicas brasileiras. Trata-se de uma revisão narrativa que seguiu etapas estruturadas: definição da questão norteadora, seleção de fontes bibliográficas, leitura exploratória, organização dos achados e construção de uma síntese crítica. A análise evidenciou que a Agenda 2030, ao propor metas globais adaptadas ao contexto brasileiro, fornece diretrizes estratégicas para a promoção da equidade, a redução das desigualdades e o fortalecimento de políticas públicas em áreas-chave como saúde, educação e meio ambiente. Observou-se que, no campo da saúde, as metas relacionadas à redução da mortalidade materna e infantil, ao enfrentamento de doenças transmissíveis e crônicas, bem como à ampliação da cobertura universal, têm sido incorporadas às políticas nacionais, ainda que persistam desafios de financiamento, desigualdade regional e monitoramento intersetorial. Conclui-se que a Agenda 2030 constitui-se como instrumento fundamental para orientar políticas públicas mais integradas e sustentáveis, reafirmando seu papel estratégico na promoção do desenvolvimento inclusivo no Brasil.

**Palavras-chave:** Agenda de Desenvolvimento Pós-2015; Agenda 2030; Políticas Públicas.



## **Agenda 2030 and Sustainable Development Goals: Perspectives for Public Policies**

### **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the perspectives of the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals in the formulation and implementation of Brazilian public policies. This is a narrative review that follows structured steps: defining the guiding question, selecting bibliographic sources, exploratory reading, organizing the findings, and constructing a critical synthesis. The analysis demonstrated that the 2030 Agenda, by proposing global goals adapted to the Brazilian context, provides strategic guidelines for promoting equity, reducing inequalities, and strengthening public policies in key areas such as health, education, and the environment. It was observed that, in the health field, goals related to reducing maternal and infant mortality, combating communicable and chronic diseases, and expanding universal coverage have been incorporated into national policies, even though challenges persist in financing, regional inequality, and intersectoral monitoring. It is concluded that the 2030 Agenda constitutes a fundamental instrument for guiding more integrated and sustainable public policies, reaffirming its strategic role in promoting inclusive development in Brazil.

**Keywords:** Post-2015 Development Agenda; 2030 Agenda; Public Policies.

**Titulação e Afiliação**– Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Alagoas<sup>1</sup>; Especialista em Saúde da Família pela Escola de Saúde Pública<sup>2</sup>; Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA<sup>3</sup>; Mestre em biociências pela FACAPE<sup>4</sup>; Mestre em Ciências da Atividade Física pela Universidade Salgado de Oliveira<sup>5</sup>; Enfermeira mestre em gestão em saúde pela Universidade estadual do Ceará – UECE<sup>6</sup>; Mestre em Desenvolvimento Social pela Unimontes<sup>7</sup>; Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Maranhão -UFMA<sup>8</sup>; Doutora em Medicina Tropical e Saúde Pública pela Universidade Federal de Goiás<sup>9</sup>; Doutorado em Enfermagem pela Universidade Estadual de Maringá.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





## **INTRODUÇÃO**

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, um marco de relevância histórica ao estabelecer um plano de ação global voltado para o bem-estar das pessoas, a preservação do planeta e a promoção da prosperidade. Seu compromisso fundamental reside na erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, articulando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que visam integrar as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento humano (ONU, 2015).

No contexto brasileiro, a Agenda 2030 assume uma importância singular diante das profundas desigualdades sociais, territoriais e de acesso aos serviços básicos. A premissa de “não deixar ninguém para trás” (*Leaving No One Behind*) orienta ações que garantam a equidade, sobretudo por meio de políticas públicas direcionadas a grupos vulneráveis, como populações em situação de pobreza extrema, comunidades tradicionais, povos indígenas e pessoas negras (Martins et al., 2024).

O conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente difundido desde o Relatório Brundtland de 1987, ganha maior relevância ao ser interpretado como o equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Essa compreensão é reforçada pela literatura da Ciência da Informação, que identifica a sustentabilidade como um eixo transversal às diferentes áreas do conhecimento e à prática social, devendo ser incorporada estrategicamente às políticas públicas (Geraldo; Pinto 2019).

Dentre os ODS, destacam-se aqueles diretamente relacionados à saúde, como o ODS 3, cujo objetivo é assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as idades. Tal objetivo está alinhado às políticas nacionais de saúde, exemplificadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentado nos princípios de universalidade, equidade e integralidade. No Brasil, o SUS constitui-se como instrumento essencial para aproximar a implementação da Agenda 2030 das necessidades concretas da população (IPEA 2018).

As políticas públicas na área de saúde precisam enfrentar desafios persistentes, incluindo mortalidade materno-infantil elevada, doenças crônicas não transmissíveis,



cobertura vacinal insuficiente e atenção básica em territórios vulneráveis. O Brasil adaptou as metas globais à sua realidade por meio da Comissão Nacional dos ODS, coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), estabelecendo 175 metas nacionais destinadas à territorialização e à operacionalização da Agenda (IPEA, 2018).

Outro aspecto crucial refere-se às desigualdades em saúde que se manifestam tanto no acesso quanto nos resultados obtidos. Essas disparidades refletem os determinantes sociais como renda, gênero, raça e território. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) revela-se como um eixo estratégico ao promover ações preventivas, promocionais e reabilitadoras com foco na equidade e na participação comunitária (Martins *et al.*, 2024).

A implementação efetiva da Agenda 2030 no Brasil requer políticas intersetoriais capazes de articular áreas como saúde, educação, assistência social, habitação, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. Tais estratégias devem incorporar mecanismos de monitoramento baseados em indicadores confiáveis e sensíveis às especificidades regionais (Geraldo; Pinto 2019).

Um exemplo dessa articulação intersetorial é o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que além de contribuir para o cumprimento das metas do ODS 3, atua na redução das desigualdades regionais no acesso aos serviços de saúde. Políticas desse tipo demonstram como estratégias nacionais podem reforçar compromissos globais ao garantir cobertura universal e prevenir doenças evitáveis (Brasil, 2003; IPEA, 2018).

Adicionalmente, ações relacionadas à vigilância em saúde, ao enfrentamento às doenças negligenciadas e ao gerenciamento de emergências sanitárias, como a pandemia da COVID-19, evidenciam a necessidade de sistemas resilientes. Estes desafios reforçam a importância de integrar a Agenda 2030 ao planejamento nacional no âmbito da saúde pública (Martins *et al.*, 2024).

A promoção da saúde prevista na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) relaciona-se também com os objetivos globais ao enfatizar estilos de vida saudáveis, ambientes sustentáveis e participação social. Essa abordagem fortalece a convergência entre os ODS e as políticas brasileiras no combate a fatores de risco como tabagismo,



sedentarismo e má alimentação (IPEA, 2018).

Apesar dos avanços alcançados até aqui, obstáculos permanecem na implementação plena da Agenda 2030 no Brasil; limitações orçamentárias, fragilidades institucionais e desigualdades regionais demandam maiores investimentos em infraestrutura digital, capacitação dos governos locais e fortalecimento das parcerias internacionais (Martins *et al.*, 2024).

A justificativa deste estudo reside na necessidade premente de compreender como integrar eficazmente a Agenda 2030 com as políticas públicas brasileiras, especialmente no campo da saúde, considerando as desigualdades históricas que comprometem o acesso universal e a equidade nos resultados. A análise possui relevância social por oferecer subsídios para redução dessas disparidades; acadêmica ao contribuir com debates científicos sobre desenvolvimento sustentável; além disso, apresenta valor político ao apoiar estratégias governamentais fundamentadas em evidências alinhadas aos compromissos globais.

Diante desse panorama, este estudo objetiva analisar as perspectivas da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na formulação e execução das políticas públicas brasileiras.

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se por uma revisão narrativa de literatura, abordagem metodológica que possibilita uma análise crítica e interpretativa de um corpo teórico extenso, sem a necessidade de protocolos rígidos de busca, priorizando a contextualização histórica, política e social do fenômeno investigado. A revisão narrativa difere das revisões sistemáticas e integrativas por não exigir exaustividade na coleta de dados, privilegiando, ao invés disso, uma compreensão abrangente do tema, permitindo articulações teóricas e comparações entre diferentes autores e documentos.

A elaboração desta revisão seguiu etapas estruturadas: (i) definição do tema e da questão norteadora; (ii) seleção das fontes bibliográficas; (iii) leitura exploratória, seletiva e analítica do material; (iv) organização e categorização dos achados; e (v) construção de uma síntese crítica. A questão principal do estudo foi: quais as perspectivas da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



para a formulação e implementação de políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, no contexto brasileiro?

As fontes utilizadas incluíram documentos oficiais das Nações Unidas e do Governo Brasileiro, além de artigos científicos disponíveis em bases reconhecidas como SciELO, LILACS e PubMed. Entre os principais documentos analisados encontram-se: Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), o relatório ODS, Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IPEA, 2018), bem como estudos recentes que abordam desigualdades em saúde e o princípio de “não deixar ninguém para trás” na implementação dos ODS.

Os critérios de inclusão consideraram publicações em português, inglês e espanhol, acessíveis por meio de repositórios abertos ou institucionais, que tratassem da relação entre a Agenda 2030, os ODS e as políticas públicas. Foram acolhidos artigos publicados entre 2015, ano de adoção da Agenda 2030, e 2025, além de relatórios técnicos nacionais e internacionais. Como critérios de exclusão, descartaram-se estudos com foco exclusivo em áreas não relacionadas às políticas públicas, bem como publicações duplicadas ou que não apresentassem relação direta com o tema proposto.

A análise dos materiais foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, com foco na identificação de convergências e divergências entre autores e documentos. A organização do conteúdo seguiu temas centrais: (i) fundamentos da Agenda 2030 e seus objetivos globais; (ii) adaptação das metas internacionais ao contexto brasileiro; (iii) políticas públicas de saúde relacionadas aos ODS; e (iv) desafios e perspectivas para a concretização da Agenda 2030.

Destaca-se que, por se tratar de uma revisão narrativa, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que não envolve coleta primária com seres humanos. No entanto, o estudo observou os princípios da integridade acadêmica ao evitar plágio, garantindo a fidelidade das fontes utilizadas e observando as normas da ABNT NBR 6023:2024.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os documentos analisados indicam que a Agenda 2030 foi formalizada em 2015 como um compromisso global que estrutura-se em torno de 17 Objetivos de



Desenvolvimento Sustentável e 169 metas detalhadas. Seu objetivo central é erradicar a pobreza, proteger o planeta e promover o desenvolvimento para toda a humanidade. Dentre esses objetivos, o ODS 3 tem como foco principal a saúde e está intrinsecamente ligado a outras áreas como saneamento básico, nutrição, educação e redução das desigualdades sociais (ONU, 2015).

Ao adotar a Agenda, o Brasil se comprometeu a integrar as metas em sua política nacional de forma internalizada. Para isso, foram necessárias adaptações que tornassem esse compromisso global compatível com as particularidades locais. Esse processo, conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), contou com a participação de 75 órgãos do governo e envolveu consultas públicas, resultando na elaboração de 175 metas nacionais, sendo 99 de caráter finalístico e 76 voltadas à implementação. Essa adequação permitiu transformar os compromissos internacionais em políticas concretas, levando em consideração as desigualdades sociais e regionais existentes no país.

Uma das maiores evidências da necessidade de adaptação encontra-se no campo da saúde, em que o Brasil ajustou metas para contemplar problemas epidemiológicos específicos. A região Norte, por exemplo, concentra 30% das áreas mais vulneráveis do país, necessitando de atenção prioritária na alocação de recursos. Essa priorização foi destacada por estudos que propuseram índices de monitoramento capazes de identificar gargalos locais e orientar a formulação de políticas específicas (Miranda *et al.*, 2023).

Nesse sentido, ferramentas como os índices de priorização apresentaram-se como metodologias robustas de apoio à gestão em saúde. Eles incorporam indicadores relacionados às metas dos ODS, permitindo identificar as regiões mais críticas e apoiar a tomada de decisão baseada em evidências. Esse processo contribuiu para maior eficiência na utilização dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente em contextos de restrição fiscal (Miranda *et al.*, 2023).

Stocco *et al.* (2024) reforçam que a aplicação de um índice com 25 indicadores de saúde nas 450 regiões brasileiras permitiu identificar disparidades relevantes, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Ao destacar que cerca de 30% das áreas mais vulneráveis concentram-se no Norte, os autores defendem a necessidade de políticas



direcionadas que superem as desigualdades territoriais. A utilização desse tipo de ferramenta fortalece a Agenda 2030 como guia para ações concretas (Stocco *et al.*, 2024).

A experiência prévia do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foi fundamental para o processo de adaptação atual. Naquele período, o país criou novas metas e indicadores, ampliando a compreensão dos problemas nacionais e possibilitando avanços significativos, sobretudo na área da saúde materno-infantil. Esse histórico serviu como base para os ajustes realizados na Agenda 2030, garantindo que os compromissos globais fossem traduzidos em medidas aplicáveis no território brasileiro (Jannuzzi; De Carlo, 2018).

No âmbito da saúde pública, os ODS reforçam o papel estruturante do SUS como política essencial para a equidade. Entretanto, as fontes analisadas destacam que o subfinanciamento histórico do sistema, agravado por políticas de austeridade fiscal, constitui um entrave à efetividade das metas. A necessidade de racionalizar e priorizar investimentos é recorrente nos estudos, reforçando a importância de critérios técnicos e transparentes na alocação de recursos (Miranda *et al.*, 2023).

A institucionalização de rotinas de monitoramento com base em indicadores confiáveis aparece como um dos caminhos mais promissores para o avanço da Agenda 2030. Esses mecanismos permitem avaliar periodicamente o progresso das metas e ajustar estratégias conforme as necessidades emergentes. Além disso, favorecem a accountability e aumentam a capacidade de planejamento dos gestores públicos (Miranda *et al.*, 2023).

Outro ponto evidenciado foi a importância da abordagem intersetorial na implementação da Agenda. A saúde não pode ser tratada de maneira isolada, mas em articulação com políticas de educação, saneamento, habitação e alimentação. Essa visão integrada reflete o espírito da Agenda 2030, que busca promover desenvolvimento sustentável em todas as dimensões, rompendo com o modelo reducionista das políticas fragmentadas (Gomes; Ferreira, 2018).

No campo da saúde infantil, um dos indicadores mais monitorados, os estudos demonstraram que a Rede Cegonha foi um programa decisivo para reduzir a mortalidade infantil no Brasil, alinhando-se ao ODS 3. Entre 2000 e 2019, os índices de



Goiás exemplificam avanços significativos, mostrando como políticas nacionais podem potencializar os objetivos globais quando estruturadas com indicadores claros (Pereira *et al.*, 2021).

Os resultados também revelaram desigualdades persistentes na implementação dos ODS. Enquanto regiões do Sul e Sudeste apresentam avanços consistentes em diversos indicadores de saúde, Norte e Nordeste permanecem em situação de maior vulnerabilidade, com déficits estruturais no acesso a serviços básicos e infraestrutura. Essa realidade mostra que a Agenda 2030 não pode ser aplicada de forma homogênea, mas deve considerar particularidades regionais (Stocco *et al.*, 2024,).

O papel das parcerias internacionais foi outro aspecto identificado nos documentos. A Agenda 2030 promove a cooperação multilateral e abre espaço para que países como o Brasil participem de debates globais sobre financiamento e inovação em saúde. Essa articulação fortalece a capacidade de captar recursos externos e implementar soluções tecnológicas, fundamentais para acelerar o cumprimento das metas (ONU, 2015).

Entretanto, o financiamento continua sendo um dos principais desafios. O subfinanciamento do SUS, agravado pela redução de investimentos desde 2015, compromete a efetividade das políticas. Embora o sistema tenha demonstrado resiliência em diversos contextos de crise, permanece vulnerável diante da insuficiência de recursos, o que ameaça a sustentabilidade das metas estabelecidas pela Agenda (Miranda *et al.*, 2023).

O uso de indicadores compostos surge, assim, como uma alternativa eficaz para mensurar avanços. Ao permitir que gestores identifiquem de forma objetiva os impactos de políticas específicas, esses instrumentos ampliam a transparência e fortalecem a legitimidade das decisões públicas. Esse processo contribui para reduzir iniquidades em saúde e tornar a Agenda 2030 mais exequível (Stocco *et al.*, 2024).

A necessidade de inovação na governança pública também foi destacada. A implementação dos ODS requer arranjos institucionais mais participativos, capazes de integrar diferentes setores e promover a inclusão social. Essa mudança de paradigma é essencial para que as metas de saúde não sejam apenas compromissos formais, mas práticas efetivas de transformação social (Gomes; Ferreira, 2018).



Além disso, os documentos enfatizam que a Agenda 2030 exige novas formas de avaliação dos resultados. Em vez de analisar indicadores isolados, é fundamental compreender a interação entre determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde, promovendo uma visão integral do desenvolvimento (ONU, 2015). O processo de adequação das metas no Brasil mostra que, das 169 metas globais, 167 foram consideradas pertinentes, 128 sofreram alterações e 8 novas foram criadas. Os dados estão sintetizados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Adequação das Metas da Agenda 2030 no Brasil.

<b>Categoria</b>	<b>Número absoluto Percentual (%)</b>	
Metas globais mantidas (pertinentes)	167	98,8
Metas globais não aplicáveis	2	1,2
Metas originais mantidas	39	22,3
Metas alteradas para realidade nacional	128	73,1
Novas metas criadas	8	4,6
<b>Total</b>	<b>175</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Ipea (2018).

O gráfico correspondente evidencia a predominância de metas alteradas em relação às originais, refletindo a necessidade de ajustes profundos. Essa predominância confirma que a agenda global, sem adaptações, seria insuficiente para responder às desigualdades regionais brasileiras. Assim, a Agenda 2030 foi fortalecida ao incorporar maior representatividade e relevância social (Ipea, 2018, p. 22). No caso do ODS 3, metas específicas relacionadas à saúde foram adaptadas para maior realismo. A tabela a seguir mostra exemplos dessa adequação:

Tabela 2 – Metas do ODS 3 adaptadas ao Brasil



<b>Meta ONU</b>	<b>Adequação Brasil</b>
Reduzir mortalidade materna	<30 mortes/100 mil NV até 2030
Acabar mortes infantis evitáveis	<8/1000 NV até 2030
Erradicar epidemias (AIDS, tuberculose, malária)	Ênfase em hanseníase, dengue, zika e chikungunya
Reduzir mortalidade por crônicas	Foco em hipertensão, diabetes e câncer
Cobertura universal de saúde	Expansão do SUS e Farmácia Popular
Reduzir mortes por trânsito	Diminuir em 50% até 2030
Saúde sexual e reprodutiva	Inclusão de planejamento familiar e pré-natal ampliado

**Fonte:** Ipea (2018).

Os dados da tabela demonstram que a adaptação buscou enfrentar os principais desafios epidemiológicos do país. A mortalidade materna e infantil, por exemplo, foram redefinidas em termos numéricos, oferecendo metas claras e mensuráveis. Já no campo das doenças transmissíveis, a inclusão de arboviroses como dengue e zika demonstra a sensibilidade da adequação às especificidades nacionais (Miranda *et al.*, 2023).

Essas adaptações também revelam que o Brasil não apenas seguiu diretrizes internacionais, mas construiu compromissos próprios, integrando políticas já existentes como a Farmácia Popular, a Rede Cegonha e o Pnatrans. Essa articulação fortalece a Agenda 2030 ao alinhar-se a planos nacionais de saúde, promovendo maior sinergia entre ações globais e locais (Brasil, 2021).

Os resultados discutidos mostram que, embora a Agenda 2030 seja ambiciosa, sua implementação no Brasil depende da articulação entre financiamento adequado, gestão pública inovadora e participação social. Sem esses elementos, as metas correm risco de se manter apenas como diretrizes formais. A Agenda 2030, portanto, deve ser compreendida como um guia estratégico para a transformação estrutural do sistema de saúde, garantindo que ninguém seja deixado para trás (ONU, 2015).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo atendeu ao objetivo proposto de analisar as perspectivas da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito das políticas públicas, especialmente na saúde, com base nos documentos oficiais examinados. A análise evidenciou que os ODS fornecem diretrizes fundamentais para orientar ações governamentais e sociais em prol da equidade, da redução das desigualdades e da promoção do desenvolvimento sustentável, dialogando diretamente com as necessidades nacionais.

Ao responder à questão de pesquisa, constatou-se que as políticas públicas brasileiras têm buscado alinhar-se às metas globais da Agenda 2030, em especial no que se refere à saúde, à erradicação da pobreza e à promoção da educação de qualidade. Os dados e propostas apresentados nos documentos analisados mostram que, apesar dos avanços institucionais, ainda existem desafios significativos, como a garantia de financiamento adequado, a superação de desigualdades regionais e a efetiva integração intersetorial.

Assim, conclui-se que o estudo cumpre sua função ao demonstrar como os ODS, quando incorporados às políticas públicas, contribuem para a construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e equitativo. Além disso, reafirma a importância de fortalecer os mecanismos de monitoramento, avaliação e participação social, de modo a assegurar que os compromissos assumidos na Agenda 2030 sejam traduzidos em melhorias concretas na qualidade de vida da população brasileira.

## REFERÊNCIAS

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Percursos da Ciência da Informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030/ONU. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 24, n. 2, p. 373-389, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7079114>

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25246/direitoedesenvolvimento.v9i2.667>

. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/667>



IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. ODS: Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: **Ipea**, 2018. 432 p. ISBN 978-85-7811-307-4.

JANNUZZI, Paulo de Martino; DE CARLO, Sandra. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 28, n. 2, p. 6-27, jul./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.56839/bd.v28i2.1>  
. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336348707>

MIRANDA, Wanessa Debôrtoli *et al.* Desigualdades de saúde no Brasil: proposta de priorização para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT119022>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2023.v39n4/pt>

MARTINS, Luisa Jorge *et al.* A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como estratégia para equidade em saúde e territórios sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate**, v. 48, spe1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18828P>

ONU, Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília: **ONU Brasil**, 2015. 84 p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda\\_2030.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda_2030.pdf)

PEREIRA, Felipe Zibetti *et al.* Mortalidade infantil e sua relação com as políticas públicas em saúde sob o olhar dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de Goiás. **Brazilian Journal of Health Review**, São José dos Pinhais, v. 4, n. 1, p. 3331-3348, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n1-262>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/24957>

STOCCO, Gisele Romagna *et al.* Abordagem estratégica das disparidades de saúde no Brasil em direção aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Journal of Research in Medicine and Health**, [S. l.], v. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.52832/jormed.v2.455>. Disponível em: <https://bio10publicacao.com.br/jormed/article/view/455>